

ATA DA REUNIÃO NÚMERO 13/ 2013 DO EXECUTIVO
REALIZADA NO DIA 4 DE JULHO DE 2013

----- Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e treze, na sala de reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se uma reunião da Câmara Municipal, sob a presidência de GIL NADAIS RESENDE DA FONSECA e com a presença dos Srs. Vereadores JORGE HENRIQUE FERNANDES DE ALMEIDA, ELSA MARGARIDA DE MELO CORGA, JOÃO CARLOS GOMES CLEMENTE, MANUEL CORREIA MARQUES, CARLA JACINTA GARRUÇO DE ALMEIDA, e BRITO ANTÓNIO RODRIGUES SALVADOR.-----

----- Esteve presente para a secretariar, ANA CRISTINA MARTINS TOMÁS. -----

----- Eram nove horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS**-----

----- **INFORMAÇÕES A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE E PELOS SRS. VEREADORES** -----

----- Neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente comunicou ao Executivo que no próximo dia 6 vai ter início o AGITÁGUEDA, que já se reiniciaram as obras na Escola de Macinhata e que as obras de abastecimento de água e encaminhamento do saneamento, a cargo da AdRA, estão em execução a bom ritmo, em algumas freguesias do concelho, nomeadamente, Óis da Ribeira, Espinhel, Trofa, Macinhata e Valongo, pretendendo-se proceder ao asfaltamento das ruas intervencionadas logo que decorra o período para compactação. -----

----- A propósito deste assunto, o Sr. Presidente referiu-se à estrada da subida da Catraia de Assequins, que sabe estar em mau estado, conforme vários munícipes já alertaram. Informou que se aguarda a execução dos trabalhos pela AdRA, para, depois da compactação das valas, se proceder ao asfaltamento total da via. -----

----- Prossequindo a sua intervenção, o Sr. Presidente falou das obras de ampliação das captações do Carvoeiro e da substituição do sistema elétrico a decorrer na cave e no 2º piso do edifício dos Paços do Concelho, para colocação de luminárias led, controladas por Wi-fi. -----

----- Por fim, o Sr. Presidente elogiou a realização do Torneio Infantil em Fermentelos, que teve a participação de grande número de jovens, uma ótima organização, tendo sido um êxito, tanto a nível desportivo como de convívio dos participantes. -----

----- Neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Vereador Jorge Almeida comunicou que o meio aéreo para combate a incêndios já está operacional, encontrando-se estacionado no Aeródromo do Casarão. -----

----- A terminar, o Sr. Vereador João Clemente expressou pedido de desculpa a todos os munícipes pelo incómodo causado pelas obras que a AdRA tem a decorrer no concelho. -----

----- **ATA DA REUNIÃO ANTERIOR** -----

----- De seguida, foi aprovada a Ata da última reunião, tendo-se dispensado a sua leitura, uma vez que foi disponibilizada aos Srs. Membros do Executivo, juntamente com a documentação referente a esta reunião. -----

----- A ata foi aprovada por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Brito Salvador que não esteve presente na reunião a que a mesma diz respeito. -----

----- De seguida, passou-se à análise e apreciação dos demais assuntos da Ordem do Dia, encontrando-se todos os documentos de suporte infra referidos, arquivados na Aplicação Informática, junto à Agenda da presente reunião. -----

----- **OBRAS MUNICIPAIS** -----

----- RECEÇÕES DEFINITIVAS -----

----- Tendo sido vistoriada a totalidade das obras e verificando-se que as mesmas se encontram concluídas e na devida ordem, nenhuma observação havendo a fazer, não apresentado deficiências, indícios de ruína ou de falta de solidez pelas quais se devam responsabilizar as firmas adjudicatárias, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber, definitivamente, as obras que a seguir se discriminam e proceder à restituição de todos os depósitos de garantia, garantias bancárias ou quantias retidas como caução e diligenciar a extinção de outras cauções eventualmente existentes: -----

----- Pavimentação da rua e bairro do Amaíno, na Borralha (proposta 325/13); -----

----- Pavimentação da rua do Passal, em Recardães (proposta 335/13). -----

----- TRABALHOS A MAIS, TRABALHOS A MENOS E SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES -----

-----A seguir, a Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Manuel Marques, Carla Jacinta e Brito Salvador, ratificar o despacho do

Sr. Vice-Presidente, datado de 12 de Junho último, que aprovou a execução dos seguintes trabalhos, na empreitada de “Regeneração Urbana - Requalificação do Espaço Público do Centro da Cidade (Av. Dr. Eugénio Ribeiro, Praça Dr. António Breda, Rua Fernando Caldeira, Rua José Sucena): -----

----- Trabalhos a mais a preços contratuais, no valor de 47.195,44€; -----

----- Trabalhos a mais a preços de acordo, no valor de 34.022,82€; -----

----- Trabalhos de suprimento de erros e omissões a preços contratuais (encargo do município 50%), no valor de 3.432,00 €; -----

----- Trabalhos a menos no valor de 76.879,30€; -----

----- A estes valores será adicionado o Imposto sobre o Valor Acrescentado (proposta 326/13). -----

----- REVISÃO DE PREÇOS -----

----- A seguir, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os seguintes Autos de Revisão de Preços: -----

----- Provisório n.º 17 da obra de Construção do Centro Escolar de Barrô, no valor de € 3.515,25, ao qual será adicionado o IVA (proposta nº 336/13); -----

----- Auto de Revisão de Preços Provisório n.º 2 da Requalificação da E.B. 2, 3 de Aguada de Cima” no valor de € 1.532,45 ao qual será adicionado o IVA (proposta 337/13); -----

----- Auto de Revisão de Preços Provisório n.º 9 da obra de Requalificação da E.B. 2, 3 de Valongo do Vouga, no valor de € 1.044,92, ao qual será adicionado o IVA (proposta 338/13). -----

----- **ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DIVERSAS** -----

----- CEDÊNCIA DE MADEIRA -----

----- Seguidamente, analisada a proposta apresentada, a Câmara deliberou, por unanimidade, ceder à Fábrica da Igreja Paroquial da Trofa do Vouga, 20 rolos de madeira de pinho, provenientes do Parque da Alta Vila, destinados ao revestimento do chão e lambrim, do espaço do auditório do Centro Pastoral (proposta 327/13). -----

----- APOIO FINANCEIRO -----

----- A seguir, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir, ao Águeda Andebol Clube, um apoio financeiro no valor de e 460,00, destinado a participar o fornecimento de lanches e peças de faiança no âmbito da comemoração do “Dia do Andebol” que aquele Clube promoveu em Águeda, no dia 22 de junho último, no Ginásio Clube de Águeda (proposta 328/13). -----

----- Foi, também, deliberado, por unanimidade, atribuir, à Delegação de Águeda da Cruz Vermelha Portuguesa um apoio, no valor de € 500,00, destinado a compartilhar a organização o III Encontro de Jovens das IPSS's do Concelho de Águeda, que decorreu no passado dia 19 de julho de 2013, destinado a todos os jovens que frequentam Programas de Férias promovidos por entidades concelhias, nomeadamente IPSS's, Juntas de Freguesia, Associações, entre outras, sendo o objetivo da atividade proporcionar, aos jovens do concelho, experiências novas e enriquecedoras (proposta 331/13).-----

----- ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Vereador João Clemente, datado do dia 12/06/2013, que autorizou a isenção do pagamento de taxas referentes à licença especial de ruído relativa aos festejos que a Cerciag levou a efeito no dia 15 de junho, no Raso de Paredes, no âmbito dos festejos de S. João (proposta 329/13). -----

----- Prossequindo no mesmo ponto da Ordem de Trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Vereador João Clemente, datado do dia 11 de Junho último, que isentou a Arcor – Associação Recreativa e Cultural de Óis da Ribeira, do pagamento de taxas das licenças para o evento, no âmbito das marchas populares, levado a efeito no passado dia 15 de junho, em Óis da Ribeira (proposta 330/13). -----

----- **AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS** -----

----- PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou aprovar as propostas que se transcrevem parcialmente, nos precisos termos dos processos que foram presentes e se encontram arquivados na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião: -----

----- **MANUTENÇÃO PARA APOIO ÀS APLICAÇÕES SIGMA** -----

----- “Conforme o previsto no artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que estabelece o Orçamento de Estado para 2013, do artigo 69º do Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março, propõe-se ao Executivo Municipal que confira parecer prévio favorável e autorize, em conformidade com o previsto no artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, e para os efeitos previstos no artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos, a contratação da prestação de serviços, nos termos e condições da presente Proposta e Caderno de Encargos, em anexo, designada por Aquisição de Serviços de Manutenção para apoio às aplicações SIGMA, utilizadas no Município de

Águeda mediante aplicação de um procedimento por Ajuste Direto, de acordo com o previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos, com consulta à empresa Medidata Net, S.A.” (proposta 332/13). -----

----- Proposta aprovada por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Manuel Marques. -----

----- MELHORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ACESSO AO TANQUE DE APRENDIZAGEM E VERIFICAÇÃO TÉCNICA E EXECUÇÃO DA MELHORIA DA ESTANQUICIDADE DO TANQUE DESPORTIVO DAS PISCINAS MUNICIPAIS -----

----- “Conforme o previsto no artigo 75º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro, que estabelece o Orçamento de Estado para 2013, do artigo 69º do Decreto-Lei 29-A/2011, de 1 de março, propõe-se ao Executivo Municipal que confira parecer prévio favorável e autorize, em conformidade com o previsto no artigo 18º do Decreto-Lei 197/99 de 8 de junho, e para os efeitos previstos no artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos, a contratação da prestação de serviços, nos termos e condições da presente Proposta e Caderno de Encargos, em anexo, mediante aplicação de procedimento por Concurso Público sem publicação Internacional, efetuado nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP designado por aquisição de serviços para verificação e execução de melhoramento das condições térmicas dos corredores de acesso aos balneários das Piscina Municipal de Águeda, verificação técnica e execução de melhoramento das condições de mobilidade e acesso ao tanque de aprendizagem e verificação técnica e execução da melhoria da estanquicidade do tanque desportivo” (proposta 334/13). -----

----- Aprovado por unanimidade. -----

----- PROJETO DE EQUITACÃO TERAPÊUTICA -----

----- “Conforme o previsto no artigo 75º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro, que estabelece o Orçamento de Estado para 2013, do artigo 69º do Decreto-Lei 29-A/2011, de 1 de março, propõe-se ao Executivo Municipal que confira parecer prévio favorável e autorize, em conformidade com o previsto no artigo 18º do Decreto-Lei 197/99 de 8 de junho, e para os efeitos previstos no artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos, a contratação da prestação de serviços para realização do Projeto de Equitação Terapêutica, mediante aplicação de procedimento por Ajuste Direto Simplificado previsto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, efetuado à Quinta da Gandarinha, pelo valor de 600€ + Iva à taxa legal em vigor (proposta

346/13).-----

----- Aprovado por unanimidade. -----

----- TRANSPORTE DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS QUE FREQUENTAM AS SESSÕES DE EQUITACÃO TERAPÊUTICA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ÁGUEDA -----

-----“Conforme o previsto no artigo 75º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro, que estabelece o Orçamento de Estado para 2013, do artigo 69º do Decreto-Lei 29-A/2011, de 1 de março, propõe-se ao Executivo Municipal que confira parecer prévio favorável e autorize, em conformidade com o previsto no artigo 18º do Decreto-Lei 197/99 de 8 de junho, e para os efeitos previstos no artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos, a contratação da prestação de serviços de transporte dos alunos com necessidades educativas especiais que frequentam as sessões de Equitação Terapêutica do Agrupamento de Escolas de Águeda, na Quinta da Gandarinha, mediante aplicação de um procedimento por Ajuste Direto Simplificado, previsto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, efetuado à Cerciag – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Águeda, pelo valor de 360€ (isento de IVA)” (proposta 347/13). -----

----- Aprovado por unanimidade. -----

----- ESTAGIÁRIO DE ESPECIALIDADE ELECTROTÉCNICA PARA AS ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PLANOS DE PROMOÇÃO DE EFICIÊNCIA NO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA -----

----- “De acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 68º da Lei nº169/99, de 18 de setembro, com a redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e conforme o previsto no artigo 75.º da lei 66-B/2012 de 31 de dezembro, no n.º 4 do artigo 35.º da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, propõe-se ao Executivo Municipal que autorize a contratação da prestação de serviços acima mencionada, conforme o caderno de encargos em anexo e mediante aplicação de procedimento, por Ajuste Direto, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e na alínea g) do n.º 1 do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos com convite ao Eng.º Carlos Emanuel Soares Neto” (proposta 348/13) -----

----- Aprovado por unanimidade. -----

----- TÉCNICO DE INFORMÁTICA ADJUNTO -----

-----“De acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 68º da Lei nº169/99, de 18 de setembro, com a redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e conforme o previsto no artigo 75.º da lei 66-B/2012 de 31 de dezembro, no n.º 4 do artigo 35.º da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, propõe-se ao Executivo Municipal que autorize a contratação da prestação de serviços acima mencionada, conforme o caderno de encargos em anexo e mediante aplicação de procedimento, por Ajuste Direto, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e na alínea g) do n.º 1 do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos com convite ao Sr. Rodrigo Filipe Mendes Neves.” (proposta 344/13). -----

----- Aprovado por unanimidade. -----

----- TÉCNICO DE INFORMÁTICA ADJUNTO -----

----- “De acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 68º da Lei nº169/99, de 18 de setembro, com a redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e conforme o previsto no artigo 75.º da lei 66-B/2012 de 31 de dezembro, no n.º 4 do artigo 35.º da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, propõe-se ao Executivo Municipal que autorize a contratação da prestação de serviços acima mencionada, conforme o caderno de encargos em anexo e mediante aplicação de procedimento, por Ajuste Direto, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e na alínea g) do n.º 1 do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos com convite ao Sr. Rui Miguel Baptista Abrantes” (proposta 345/13). -----

----- Aprovado por unanimidade. -----

----- ADJUDICAÇÃO DE SERVIÇO -----

----- Seguidamente a Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar o serviço de remoção da estrutura de cobertura da Estação Arqueológica do Cabeço do Vouga à firma Recycle Step Unipessoal, Lda, por ter sido esta empresa que apresentou um orçamento onde não há lugar a qualquer pagamento por parte da autarquia, e ainda existe uma compensação de 300€, pelo volume dos resíduos metálicos recolhidos, sendo que os trabalhos terão o acompanhamento permanente de um Técnico Superior de Arqueologia da Autarquia, considerando-se deste modo assegurado o interesse do município (proposta 339/13). -----

----- **PRÉMIOS ESCOLARES “CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA”** -----

----- MELHOR ALUNO DO ENSINO BÁSICO (3º CICLO) DA E.B. PROFESSOR

ARTUR NUNES VIDAL -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 5º/G2 do Código Regulamentar do Município de Águeda, Parte G2, atribuir o prémio escolar, no valor de € 250,00, a António Urbano dos Santos, melhor aluno do ensino básico (3º ciclo) da E.B. Prof. Artur Nunes Vidal (proposta 333/13). -----

TRANSPORTES ESCOLARES -----**CIRCUITOS ESPECIAIS** -----

----- No prosseguimento dos trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, proceder ao pagamento, às entidades parceiras para a realização de transporte escolares, que se encontram discriminadas na proposta que foi presente e se encontra arquivada na aplicação Informática junto à Agenda desta reunião, da importância de € 28.497,98, referente ao período de junho, julho e agosto do corrente ano, considerando a mesma metodologia de pagamento adotada no ano letivo transato (proposta 340/13). -----

PATRIMÓNIO -----**AQUISIÇÃO DE TERRENO** -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, tendo em vista a necessidade de se proceder ao alargamento da via existente no local, adquirir, a José Augusto de Almeida Roque, Sara Estima de Oliveira Coelho Roque e Maria Alexandra Estima Coelho de Oliveira, pelo montante de € 25.000,00, um prédio sito no lugar de Terra da Lama – Aguada de Cima, inscrito na matriz predial com o artigo 4159, confrontando do norte com vala do moinho, do sul com rio Velho, do Nascente com caminho público e do Poente com estrada (proposta 342/13). -----

BARES DO LARGO DO BOTARÉU/LARGO 1º DE MAIO -----**PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO** -----

----- A seguir, a Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Manuel Marques, nos precisos termos da proposta que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião, autorizar o início de procedimento de Ajuste direto, de acordo com o disposto no artigo 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, para a atribuição do direito de exploração do Bar (Edifício A) Largo do Botaréu/Largo 1º de Maio. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar as respetivas Peças Concursais, nos termos dos artigos 40.º e 42.º do Código dos Contratos Públicos e aprovar a constituição do Júri para gestão do procedimento e respetivas delegações de

competências (proposta 351/13). -----

----- **100 (DES)EMPREGADOS- MEDIDA 4 – APOSTA EM IDEIAS DE PROJETOS INOVADORES E CRIATIVOS** -----

-----CONDIÇÕES DE CANDIDATURA E ATRIBUIÇÃO DE APOIOS-----

----- Analisada a proposta que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião, a Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar 10 jovens em situação de desemprego de longa duração, que tenham uma ideia de projeto e pretendam colocá-lo em prática, em áreas como a cultura, ambiente, ação social, desenvolvimento de produtos, artes performativas, entre outras, disponibilizando a autarquia um espaço e a logística para o desenvolvimento da ideia de projeto durante um período de seis meses, prorrogáveis, bem como, atribuindo um apoio equivalente ao Indexante dos Apoios Sociais (IAS), acrescido do subsídio de alimentação, subsídio de transportes e seguro. -----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar as condições de candidatura e atribuição do apoio, expostas no anexo I que faz parte integrante da proposta arquivada (proposta 343/13). -----

----- **OBRAS PARTICULARES**-----

----- REDUÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS -----

----- Presente, a seguir, um requerimento através do qual Henrique Manuel Nogueira dos Santos e Esposa, residentes na Viela das Boucilhas, no Lugar do Beco, na Freguesia de Macinhata do Vouga, com base no disposto no artigo 20º./I, do Código Regulamentar do Município de Águeda, solicitam a redução do pagamento de taxas relativamente à construção de habitação, sita no referido Lugar de Boucilhas. ----

----- Analisados os documentos apresentados, a Câmara deliberou, por unanimidade, corresponder ao solicitado e reduzir a taxa em 60%, nos termos da citada legislação, ficando o requerente sujeito ao pagamento de licença no valor de € 645.07 (proposta 341/13). -----

----- **ASSUNTOS URGENTES** -----

----- A seguir, o Sr. Presidente, dada a urgência de que se revestem os mesmos, propôs ao Executivo, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e na parte final do artigo 19.º do Código do Procedimento Administrativo, que se incluía na Ordem de Trabalhos desta reunião os assuntos que se seguem – tendo todos os Membros do Executivo considerado aceite a urgência, pelo que se passou, de imediato, à sua análise: -----

-----**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**-----

----- PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL -----

----- Prossequindo os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta que a seguir se transcreve, nos termos do processo que foi presente e se encontra arquivado na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião: -----

-----“Conforme o previsto no artigo 75.º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro, que estabelece o Orçamento de Estado para 2013, do artigo 69.º do Decreto-Lei 29-A/2011, de 1 de março, propõe-se ao Executivo Municipal que confira parecer prévio favorável e autorize, em conformidade com o previsto no artigo 18.º do Decreto-Lei 197/99 de 8 de junho, e para os efeitos previstos no artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos, a contratação da prestação de serviços, nos termos e condições da presente Proposta e Caderno de Encargos, em anexo, designada por Elaboração e Gestão de Planos de Monitorização decorrentes dos processos de Avaliação de Impacte Ambiental do Canal Secundário do Rio Águeda “By- Pass” em Águeda e da Avaliação de Impacte Ambiental da Abertura do Leito de Cheia junto à Ponte de Óis da Ribeira e junto à Ponte do Campo mediante aplicação de um procedimento por Ajuste Direto, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, com consulta às empresas:-----

----- Sinergiae Ambiente; -----

----- BIO 3 - Estudos e Projetos em Biologia e Valorização de Recursos Naturais, Lda; -----

----- Trifólio - Estudos e Projetos Ambientais e Paisagísticos , Lda.”-----

----- (proposta 349/13). -----

-----**ALTERAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA**-----

----- GINÁSIO CLUBE DE ÁGUEDA -----

----- Seguidamente a Câmara, tendo em conta que houve necessidade de executar, durante o decurso das obras de remodelação e ampliação do pavilhão gimnodesportivo do Ginásio Clube de Águeda, alguns trabalhos a mais, assim como a correção de alguns erros e omissões detetados no decorrer da referida empreitada, deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Manuel Marques, ao abrigo da cláusula 10.ª do Contrato-Programa n.º 185/2011 e de acordo com a alínea a) do n.º 4 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de

11 de Janeiro, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 273/2009, aprovar as alterações ao Contrato-Programa n.º 185/2011, oportunamente celebrado com aquele Clube, designadamente as cláusulas 3.ª, 4.ª, 6.ª e o Anexo, cuja nova redação faz parte integrante da proposta que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião (proposta 352/13).-----

----- **OBRAS PARTICULARES**-----

----- REDUÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS -----

----- Presente, a seguir, um requerimento através do qual, Fernando Manuel de Almeida Santiago, residente na rua do Outeiro, no lugar de Giesteira, na Freguesia de Águeda, com base no disposto no artigo 20º./I, do Código Regulamentar do Município de Águeda, solicita a redução do pagamento de taxas relativamente à construção de habitação, sita no referido Lugar de Giesteira. -----

----- Analisados os documentos apresentados, a Câmara deliberou, por unanimidade, corresponder ao solicitado e reduzir a taxa em 70%, nos termos da citada legislação, ficando o requerente sujeito ao pagamento de licença no valor de € 253,14. -----

----- **FORNECIMENTO DOMICILIÁRIO DE ÁGUA E SANEAMENTO**-----

----- Na sequência do deliberado na reunião anterior, foi presente a proposta que a seguir se transcreve, apresentada pelo Sr. Vereador Manuel Marques: -----

-----“Na qualidade de Vereador eleito, e na sequência de deliberações por mim assumidas em anteriores reuniões deste Executivo, relativamente à concessão do sistema de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais, venho apresentar a seguinte proposta; -----

----- Considerando que sempre fui contra a concessão a privados da exploração/gestão das águas demonstrando claramente, a minha posição em diversas ocasiões e deliberações tomadas pelo executivo, por entender que a água do concelho deve estar na posse exclusiva do município e ter uma gestão restritamente pública apenas e só inserida no mesmo. -----

----- Considerando que se encontra em desenvolvimento um processo de remunicipalização da posse da gestão de águas um pouco por toda a Europa (dita desenvolvida), incluindo várias cidades e mesmo países, alguns com realização de referendos às populações e outros proibindo por lei a entrega da gestão das águas públicas a privados, num processo inverso ao que devia ter sido feito neste município de Águeda, o que o se fez à revelia das pessoas e do interesse publico do concelho,

como é meu entendimento e parecer. -----

----- Ao entregar-se a concessão das águas do nosso Concelho à Empresa ADRA, ainda que empresa publica, o município de Águeda cometeu, no meu entendimento, um dos maiores erros da sua gestão e administração, pois quando se afirma tal como se fez da oportunidade “que se queria poupar dinheiro à Câmara e aos munícipes” esta empresa constituída por capitais totalmente públicos mais não é na verdade que uma empresas com procedimentos e montagens complexas de custos incalculáveis tanto a nível da sua Administração como na sua gestão, designadamente em termos de recursos humanos bem como de despesas de honorários elevados a alguns gestores, sorvendo de uma forma nada razoável os dinheiros públicos. -----

----- Acontece que face à decisão tomada são os contribuintes/munícipes, os que mais tem sofrido nos seus parques rendimentos atuais tais custos, pois o tarifário da água e inerentes taxas cobradas subiu no nosso concelho nos últimos quatro anos mais de 400%. -----

----- O preço da água e serviços correspondentes, se porventura se tivessem mantido no âmbito da gestão e administração deste Município, nunca teriam sofrido o agravamento que se verificou, antes sim e bem pelo contrário, se teriam estabilizado ou até reduzido como se antevia e verificava do seu desenvolvimento normal, com toda a estrutura municipal logística e de recursos humanos já existentes, que aliás apenas se operou por transferência para aquela entidade, agravada com a ocupação de novos espaços sujeitos a arrendamento para a nova instalação com as inerentes despesas. -----

----- Bem melhor seria poupar o dinheiro publico, é fácil gastar o que não é nosso, abrindo caminho no futuro e a curto prazo à possibilidade da privatização da água, perdendo o respetivo controlo como se fez, com a participação na Adra, que lamentavelmente como atualmente se verifica não tem cumprido minimamente, desde a sua constituição com os compromissos assumidos perante o nosso concelho. -----

----- Entregou-se a gestão dum recurso municipal em que esta autarquia era auto suficiente, e dispensou-se todo um conjunto de serviços, que se administrados como até esse momento, não teria sofrido as consequências nefastas já aludidas de agravamento de preços, inoportáveis para os munícipes face a situação de atual crise económica vivenciada. -----

----- Com tal deliberação tudo se perdeu nada se ganhou e sendo água um bem essencial à vida humana da qual todos em geral devíamos usufruir de uma forma

equitativa e não condicionada por quem quer que seja, mas sim e tão só por quem detém e exerce o poder da administração pública no respetivo e exclusivo interesse publico, daqueles que serve, impõe-se não entregar e possibilitar a terceiros (privados) o controle e disponibilidade de tal bem absolutamente indispensável e necessário e que vai sendo cada vez mais escasso. -----

----- Face ao exposto proponho a revogação da decisão do executivo que deliberou a participação e a concessão das águas e saneamento deste concelho com a empresa ADRA, mantendo o Município de Águeda a posse e a gestão publica dos mesmos serviços, nos termos propostos, remetendo à Assembleia Municipal para apreciar e se entender deliberar a revogação da referida decisão. -----

----- Nota: Ao não aprovar a proposta desde já declaro invocar a aplicação do artigo 93º da lei 169/99 na atual redação (registo de voto de vencido)".-----

----- Lida esta proposta, o Sr. Presidente disse que nada tinha a opor às considerações feitas pelo Sr. Vereador Manuel Marques, mas que considerando a necessidade de uma prévia avaliação do sugerido, apresentava a seguinte proposta alternativa: -----

----- “Proponho que sejam efetuados os estudos necessários, de ordem jurídica e económica, tendo em vista que a gestão da água e saneamento seja assumida pelo município, de forma a que o executivo possa ficar habilitado com os elementos necessários à tomada de decisão sobre a revogação da decisão de adesão à AdRA.”--

----- Depois de devidamente analisadas ambas as propostas, o Sr. Presidente colocou-as a votação tendo-se verificado que a proposta apresentada pelo Sr. Vereador Manuel Marques obteve 1 voto do mesmo Sr. Vereador, e, a proposta apresentada pelo Sr. Presidente obteve 6 votos do Sr. Presidente e dos demais Srs. Vereadores. -----

----- Tendo em vista o resultado obtido, a Câmara vai diligenciar no sentido de serem feitos os estudos propostos pelo Sr. Presidente. -----

----- Na sequência da votação, o Sr. Vereador Manuel Marques apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Face ao resultado da votação da maioria do executivo da proposta por mim apresentada na qualidade de vereador eleito, para a revogação da decisão do executivo que deliberou a participação e a concessão das águas e saneamento deste concelho com a empresa AdRA, mantendo o município de Águeda a posse e gestão publica dos mesmos serviços nos termos propostos, exponho a seguinte declaração

de voto: -----

----- A proposta apresentada é simplesmente fundamentada na base da salvaguarda dos interesses presentes e futuros do município e dos cidadãos do nosso concelho, pois o que está em causa é a natureza do bem absolutamente essencial para a comunidade (Água), e não qualquer outro critério economicista, pelo que é nem será um estudo, nem sobretudo a entidade que o possa vir a fazer, que vão modificar os princípios inerentes à proposta. -----

----- Os princípios fundamentais dessa salvaguarda mantêm-se, e se houve vontade política por parte do executivo em 2006, em aderir a concessão de águas e saneamento do Município, como efetivamente foi feito, verificados que se mostram decorridos estes anos de exercício com incumprimento por parte da ADRA relativamente a este concelho bem como a oneração de custos da ordem dos 400% no ultimo quadriénio, relativamente aos munícipes e respetivo fornecimento com tendência já anunciada para o seu agravamento então e considerando que como vereador eleito não quero de forma alguma que esta situação se mantenha como está, a proposta deverá tal como foi apresentada ser submetida à Assembleia Municipal para apreciar e se entender deliberar a revogação da referida decisão”. -----

----- A propósito da Declaração de Voto do Sr. Vereador Manuel Marques, o Sr. Presidente disse que a proposta do Sr. Vereador, tal como foi apresentada, é irresponsável, pois poderia conduzir a um aumento de preços inoportável e a encargos acrescidos para o município. Em sua opinião, a decisão a tomar tem de ser precedida de análise económico-financeira, sendo necessários estudos para se averiguar se a proposta é economicamente vantajosa ou não, e é isso que se vai fazer. Qualquer decisão, acrescentou o Sr. Presidente, tem que ser alicerçada em pressupostos fiáveis para que o município não saia prejudicado e ter reunidas todas as condições para que a Câmara possa assumir, de novo, esses serviços em situação vantajosa para os munícipes. -----

----- Os Srs. Vereadores Brito Salvador e Carla Jacinta manifestaram a opinião de que sair, neste momento, da AdRA, sem qualquer estudo ou conhecimento real da situação da empresa, é precipitado e impensável, o assunto deve ser ponderado e equacionada a salvaguarda de todas as questões que tal decisão iria acarretar para os serviços municipais e para o concelho em geral. -----

----- Eram onze horas e vinte minutos quando o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou presente ata, que eu, Ana Cristina Martins Tomás, técnica superior, redigi e subscrevo juntamente com o Sr. Presidente. -----